

A questão da autoria na literatura dos Príncipes de Avis

Maria Teresa Coelho

mariateresa.coelho.94@gmail.com

Resumo

Procurou-se, neste artigo, tentar perceber os mecanismos e princípios de construção de um texto na Idade Média, tendo como objeto de estudo as obras literárias de D. João I e dos seus filhos, D. Duarte e D. Pedro. Propuseram-se indicadores de autoria, que ajudassem a identificar a presença do autor nas obras em análise num período de afirmação de uma nova dinastia, cujos membros nelas evidenciaram preocupações didáticas e moralizantes e talvez, também, outra forma de sustentação política.

Palavras-chave: Avis, autor, autoridade, literatura, Baixa Idade Média.

Abstract

This article was intended to assess which mechanisms and principles were set out when writing a text in the Middle Ages, considering king D. João I and his sons' literary work as study object. Some authorship indicators were proposed in order to detect the author's presence in the analysed works as a new dynasty was emerging with teaching and moralizing concerns, as well as a means of political support.

Keywords: Avis, author, authority, literature, Later Middle Ages.

Abreviaturas

Cr. D. D. – *Crónica de D. Duarte*

LC – *Leal Conselheiro*

L. Cart. – *Livro dos Conselhos de El-rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*

L. Cav. – *Livro da Ensino de Bem Cavalgar Toda Sela*

LM – *Livro da Montaria*

L. Of – *Livro dos Ofícios*

VB – *Virtuosa Benfeitoria*

Introdução

O tema em estudo incide sobre as obras literárias de D. João I, D. Duarte e D. Pedro, a primeira geração da Casa de Avis. Será nosso propósito fazer uma caracterização destas sempre no horizonte daquilo que é construir um texto na Idade Média e perceber os mecanismos de escrita daqueles que são tidos como os seus legítimos autores. Poder-lhe-íamos chamar a “problemática da autoria” no período

medieval, revestida de princípios que se relacionam com a apropriação de aspetos doutrinários, da Bíblia, de citações da Patrística, de autores da Antiguidade Clássica, (bem como outras formas de continuidade: glosa, empréstimo, cópia, anonimato, que são convenções para um autor medieval) dando uma tonalidade quase coletiva aos textos, como se estes tivessem contado com o contributo de diversos autores. O que hoje consideraríamos uma cópia ou um plágio, não o era na Idade Média. Tratou-se de um modelo e de uma prática recorrentes ao longo deste período e é nessa perspetiva que analisaremos as obras, a fim de tentar perceber a sua originalidade e os contributos para as mesmas. Abordaremos cada um dos livros, centrando-nos naquilo que poderão ser indicadores de autoria. Agradecemos a ajuda e disponibilidade que o Professor José Adriano de Carvalho (da FLUP) nos concedeu para este trabalho.

1. O Livro da Montaria. A década de 20 e os Avis

Começamos pelo *LM*. Desde logo o rei refere, na primeira pessoa, que foi ele quem o redigiu com a ajuda e o *acordo de muytos bõos monteiros*.¹ Mas qual é a conceção que subjaz a essa redação? O que significou esta ajuda prestada por homens ligados à Natureza e à caça? São histórias que o rei vivenciou com estes homens e que depois, coletivamente, organizou e compilou naquilo que se chamou o *Livro da Montaria*? Não nos parece que se trate apenas de histórias de campo e de exercício no monte, dado acrescentar passagens da Bíblia e apropriar-se de ideias desta, ainda que indiretamente, como afirmaram Mário Martins² e José Buceta, que categoriza e atribui uma tipologia às fontes que o rei terá utilizado. Esta divisão parece-nos mais do que oportuna, pois espelha um mundo diversificado de obras e livros que seriam do conhecimento do nosso autor, o que permite atribuir a esta obra um carácter bastante complexo. Referimo-nos a fontes³ clássicas⁴, medievais, bíblicas⁵ (ao citar diretamente e falar de determinados personagens desta para estabelecer paralelismos com situações que presencia na caça); “uma passagem bíblica para um escritor medieval

¹ Francisco Esteves Pereira, “Prologo”, D. João I, *Livro da Montaria Feito por D. João I, rei de Portugal* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918), I.

² Mário Martins, *A Bíblia na Literatura Medieval Portuguesa* (Amadora: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979), 61.

³ José Abalo Buceta, *Livro da Montaria de D. João I de Portugal*. [Tese de Doutoramento] (Universidad de Valladolid, 2008), 31.

⁴ Refira-se o pequeno estudo de Mário Martins sobre a presença de Ovídio na Idade Média portuguesa, cuja citação se documenta nos nossos autores. Mário Martins, *Estudos de Cultura Medieval* (Lisboa: Edições Brotéria, 1983), vol. III.

⁵ Toda a autoridade emana de Deus e, conseqüentemente, a verdade, que está inscrita na Bíblia (o livro por excelência na Idade Média). Jean-Claude Schmitt, *The Conversion of Herman the Jew. Autobiography, History and Fiction in the Twelfth Century* (Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2010), 34.

(...) dava-lhe segurança"⁶, como sugere Mário Martins, populares (que Buceta refere como provérbios e expressões) e genéricas (sem precisão de autoria e de procedência). Mais do que aprofundar o conteúdo dessas fontes, interessa perceber a forma como o suposto autor as utilizou e com que propósito. Como veremos, estes mecanismos de utilização de outros textos não se afastam do recurso aos antigos, como guardiães do saber, que deve ser tido em conta e que o rei cita, permitindo na ótica do autor justificar e melhor fundamentar valores que alegórica e miticamente aludem à montaria.⁷ Interessa fazer referência a algumas autoridades 'trabalhadas' por D. João I, como Júlio César, ao qual é reconhecida enorme grandeza e que ajuda a explicar conceitos como temor e amor. Recorre-se a Santo Agostinho (bem como a Aristóteles), por exemplo. Mário Martins propõe mesmo que D. João I teria consultado as *Confissões*, que D. Duarte tinha na sua biblioteca, e outros livros.⁸ Bastaria esta pequena amostra de autoridades e personagens literários de âmbitos distintos para apresentar o *LM* como uma obra muito mais complexa, multifacetada e heterogénea do que o que nos possa parecer. Não nos estamos a referir ao conteúdo do livro, mas às suas formas de construção que terão certamente exigido muito do seu autor, isto é, uma boa formação literária, técnica e bíblica. Isto provaria uma educação humanista e literária de D. João I, se o considerarmos o real autor desta obra sobre a caça ao javali. Alguns dos livros que são lidos e utilizados pelo rei encontram-se anotados por D. Duarte nas páginas do *L. Cart.*, quando este faz um inventário da sua biblioteca, como *agricultura que foy d el rey dom Yohão*.⁹ É pertinente interrogarmo-nos sobre a formação cultural do rei, como teve acesso a estas obras que lhe permitiram conceber a sua própria, e ter em consideração o público a que se destina. Quanto a estes últimos interessaria perceber igualmente o seu nível intelectual e a capacidade que teriam de apreender os ensinamentos alegóricos, mitológicos e comparativos que o *LM* propõe. A nobreza, que é a sua principal destinatária, teria uma disposição mais aberta à cultura, bem como uma vontade para receber a preparação que o rei parecia disposto a conceder. Quanto à formação do rei, Esteves Pereira acredita que este terá tido uma instrução geral e cuidada.¹⁰ Para tal, baseia-se no testemunho de Fernão Lopes no prólogo da segunda parte da *Crónica de D. João I*. Além de todas as qualidades extraordinárias de D. João

⁶ Mário Martins, *A Bíblia na Literatura Medieval Portuguesa* (Amadora: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979), 62. O elenco de profetas, figuras, imagens e alegorias bíblicas é extenso e sobre ele convergem M. Martins e José Buceta.

⁷ Buceta, *Livro da Montaria*, 31.

⁸ Mário Martins, *Estudos de Cultura Medieval* (Lisboa: Editorial Verbo, 1969), 119.

⁹ D. Duarte, *Livro dos Conselhos de el-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, (Lisboa: Ed. Estampa, 1982), 208.

¹⁰ Francisco Esteves Pereira, "Introdução", D. João I, *Livro da Montaria Feito por D. João I, rei de Portugal* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918), XVII.

I, enquanto rei e homem, que o cronista pretende elogiar e enfatizar, não encontramos particularmente referida qualquer manifestação de qualificação por parte do monarca que pudesse levar Esteves Pereira a afirmar que o monarca tivesse substancial preparação literária e intelectual. O máximo que Fernão Lopes nos diz é que "Ele fez grandes letrados tirar em linguoaje os avamjelhos e autos dos Apostolos e epistolas de Saõ Paulo e outros espirituaes livros dos Samtos, por tall que aqueles que os ouvisem ffose maees devotos açerqua da lley de Deus".¹¹ As menções à dimensão cultural de D. João I são vagas, muitíssimo indiretas, ou mesmo inexistentes. Num dos capítulos do *LC*, que reflete sobre a preguiça e a ociosidade, D. Duarte acredita na importância da sua escrita para precaver os seus súbditos do mal, dos pecados e dos *fallcimentos*, como lhes chama. Fá-lo à semelhança dos seus iguais:

O muy excelente e virtuoso rey, meu senhor e padre, cuja alma deos aja, fez huu livro das oras de sancta Maria, e salmos certos por os finados, outro da moontaria. E o infante dom Pedro, meu sobre todos prezado e amado irmão, de cujos feitos e vida muyto som contente, compos o livro da virtuosa benfeitura e a oras da confissom. E aquel honrrado Rey dom Affonso estrollogo, quantas multidões fez de leituras!¹²

O rei continua referindo o Antigo Testamento e os seus reis que, quando tiveram *desejo e folgança*, escreveram livros, citando o exemplo de Salomão. Trata-se apenas de mais um exemplo da confiança e crédito que um autor medieval coloca nos "antigos". Mas a afirmação de D. Duarte requer maior atenção da nossa parte. Repare-se na especial menção e mesmo preferência pelo irmão D. Pedro, por parte do rei, com quem parece ter maior afinidade de interesses (a presença do infante no *L. Cart.* poderá ser disso testemunho, bem como os assuntos que lá podemos encontrar e que relacionam os irmãos) e com quem tem maior proximidade, até de idade.¹³ Mas note-se igualmente as alusões a D. João I, enquanto autor do *LM*, que ajudam a datar o *LC* porque o filho herdeiro o menciona falecido. Para além do *LM*, a D. João I são ainda atribuídos um livro de horas e de salmos (desaparecidos); D. Pedro compôs a *Virtuosa Bemfeitoria* (que D. Duarte citaria no capítulo XXVIII do *LC*, por exemplo) e as *oras da confissom*, desconhecidas. Parece existir um fio condutor entre aquilo que D. Duarte escreve sobre o pai e aquilo que Fernão Lopes afirmaria anos mais tarde, quando referir que o rei mandara letrados traduzir orações e textos santos e sagrados, apesar da omissão do *LM* na *Crónica de D. João I*. Ao contrário do cronista, D. Duarte deixa transparecer uma

¹¹ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, edição preparada por M. Lopes de Almeida e A. de Magalhães Basto (Barcelos: Livraria Civilização, 1990), II, 2.

¹² D. Duarte, *Leal Conselheiro o Qual Fez dom Eduarte Rey de Portugal e do Algarve e Senhor de Cepta*, ed. crítica e anotada de Joseph Piel (Lisboa: Livraria Bertrand, 1942), 109-110.

¹³ D. Duarte nasce em 1391, sendo seguido do infante D. Pedro, de quem dista apenas um ano.

imagem mais culta do seu pai, enquanto responsável pela redação de mais de um livro. Rui de Pina, depois de Fernão Lopes, confirmaria o mesmo para o infante D. Pedro.

Regressando aos livros citados pelo rei (cujos temas são variados, desde os bíblicos aos de cariz mais técnico e 'científico' como o *Livro da Alueytaria* e a *Phisica*, sobre veterinária e medicina em geral, respetivamente) note-se que nem todos existem na biblioteca de D. Duarte (que certamente herdou parte da do pai) para que D. João I os pudesse ler e consultar. Acrescente-se a certeza de Duarte ter tomado contacto com Alonso de Cartagena, que esteve em Portugal de 1421 a 1422, em 1423, 1425 e em 1427, enquanto embaixador do rei de Castela, para assegurar as negociações relativas ao domínio territorial das Canárias.¹⁴ Foi um dos vultos de maior destaque no espaço peninsular do seu tempo. Formado, culto e viajado, foi autor, tradutor e esteve ao serviço dos seus reis.¹⁵ Destacamos aqui D. Duarte porque este terá pedido a Cartagena que lhe compusesse o *Memorial de Virtudes*¹⁶, onde nos apresenta uma conceção aristocrática desse valor humano. A obra é datada de 1422, precisamente num dos anos em que Cartagena se encontra em Portugal em missão diplomática, quando o reino já se encontrava politicamente 'encabeçado' por D. Duarte (logo desde 1413, no âmbito do processo da conquista de Ceuta).¹⁷ Parece lógica uma proximidade entre o humanista castelhano e o futuro rei, relacionada com interesses e preocupações intelectuais semelhantes. Piel chega mesmo a propor que o infante D. Pedro terá tido a iniciativa da tradução do *L. Of.* pela presença do humanista no reino e este tinha aliás traduzido a mesma obra para castelhano, acabando-a em Portugal, junto do rei. João Dionísio acrescenta que o humanista castelhano poderá ter estado na base do primeiro contacto de D. Duarte com as *Colações* e as *Instituições*, de Cassiano, o autor mais citado do *LC*.

Os séculos finais da Idade Média são propícios ao aparecimento de homens que medeiam entre uma mentalidade medieval e humanista, sendo, portanto, difíceis de 'catalogar' e dos quais Cartagena, D. Duarte e o infante D. Pedro são exemplos

¹⁴ Alonso Cartagena, *Doctrinal de los Cavalleros*, "Introducción" de José María Viña Liste (Universidade de Santiago de Compostela, 1995), XVIII.

¹⁵ Neste aspeto seguimos de perto Peter Russell que refere que para o caso peninsular, os trabalhos de tradução eram patrocinados por príncipes ou nobres - a propósito das traduções de Cartagena para Juan II de Castela, das quais *De Providentia*, de Séneca é exemplo ou o caso do Infante D. Pedro que encarrega o tradutor Vasco Fernandes de Lucena da tradução da obra de Cícero, *De Senectute* e de *De Ingenuis Moribus*, de Pedro Vergerio que foi traduzida para ser instrumento educativo do jovem e futuro Afonso V. Peter Russell, *Traducciones y Traductores en la Península Ibérica (1400-1550)* (Bellaterra: Escuela Universitaria de Traductores e Intérpretes - Universidad Autónoma de Barcelona, 1985), 16, 38-39.

¹⁶ Liste, *Doctrinal*, XXV. D. Duarte referencia esta obra no capítulo L do *LC*.

¹⁷ Luís Miguel Duarte refere-se a ele como *um rei sem coroa*, quando aborda esta espécie de *associação* ao trono do pai, na medida em que dirige os assuntos políticos, económicos, jurídicos do reino até à morte de D. João I, quando se torna verdadeiramente rei. Luís Miguel Duarte, *D. Duarte: Requiem por um Rei Triste* (Rio de Mouro: Temas e Debates, 2007), 80.

notáveis.¹⁸ É uma época sensível a múltiplas mudanças e a tentativa de uma caracterização simplista, aplicada a estas figuras, pode ser historicamente equívoca e deformadora da realidade.

A década de 20 do século XV parece ter assistido a uma ligação promissora entre a corte de Avis, através dos seus príncipes, e este humanista e homem de letras do reino vizinho: a parte mais substancial do trabalho de redação e de organização dos livros que estamos a estudar dá-se precisamente nesta década. Neste sentido vejamos os prólogos do *LM* e da *VB*. No primeiro caso deparamos com a seguinte intitulação: "Señor Rey Don Joaom de Portugal, e dos Algarves, e Señor de Cepta".¹⁹ A obra foi, portanto, redigida depois da tomada de Ceuta. D. Pedro que se apresenta como o mais fiel dos servidores do seu irmão primogénito²⁰, também se refere a D. Duarte, enquanto infante e herdeiro do trono de Portugal: "Muy alto príncipe de grande poderio, e muyto honrrado e prezado Senhor Iffante, Eduarte, primogenito herdeiro dos Reynos de Portugal e do Algarve".²¹ Não há registo de meses, nem de anos que nos permita uma cronologia mais clara e segura, apenas uma aproximação por reinados, como no *L. Cav.* se anuncia que o autor o começou a compor "seendo Iffante".²² João Gouveia Monteiro propõe²³ datas muito concretas para todas as obras: todas, à exceção do *L. Cav.*, são projetos pós conquista de Ceuta e são escritas até à morte de D. João I, em 1433. O *LC* inscreve-se já no reinado de D. Duarte, sobretudo nos seus últimos anos de vida, em 1437-1438 (a certa altura, D. Duarte refere-se ao pai como *dicto Rey, meu senhor e padre, cuja alma deos aja*²⁴). A *Virtuosa Bemfeitoria* teria o seu início de redação por volta de 1418 e o *L. Cav.* bastante cedo em 1412, quando D. Duarte contaria 21 anos, apesar de encontrarmos no início do primeiro capítulo da primeira parte a seguinte referência: "as guerras delrey, meu senhor e padre, cuja alma deos aja (...)".²⁵

O ano de 1415, para além de indiciar a presença em Portugal de uma "monarquia forte, prestigiada e com uma sucessão de qualidade garantida"²⁶, que D.

¹⁸ Veja-se a este propósito, por exemplo, a sexta alínea da introdução de José María Liste ao *Doctrinal de los Cavalleros*, de Alonso de Cartagena sobre as ambiguidades da obra deste e a existência de uma tensão de mentalidades medieval e renascentista. Liste, *Doctrinal*, LX.

¹⁹ D João I, *LM*, I.

²⁰ Vejam-se as primeiras linhas do prólogo de D. Pedro à *Virtuosa Bemfeitoria*.

²¹ D. Pedro, *O Livro da Virtuosa Bemfeitoria do Infante Dom Pedro*, ed. e anotado por Joaquim Costa (Porto: Empresa Industrial Gráfica do Porto, 1946), 21.

²² D. Duarte, *Livro da Ensinança da Arte de Cavalgar Toda Sela*, ed. crítica de Joseph Piel (Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986), 1.

²³ João Gouveia Monteiro, "Orientações da Cultura de Corte na 1ª metade do séc. XV (a literatura dos príncipes de Avis)" *Vértice*, 2ª Série, 5 (1988): 95-96.

²⁴ D Duarte, *LC*, 75.

²⁵ D. Duarte, *L. Cav.*, 4. Relega-nos para depois de 1433, portanto. D. Duarte redige este livro no reinado do seu pai e no seu próprio.

²⁶ Luís Miguel Duarte, *Ceuta 1415: Seiscentos Anos Depois* (Lisboa: Livros Horizonte, 2015), 160.

João I e os filhos procuraram afirmar e promover, parece ser igualmente o marco cronológico a partir do qual os Avis despertaram para uma outra forma de afirmação da sua dinastia, a da via cultural, depois de os infantes terem levado "a sua avante, sendo armados cavaleiros em circunstâncias excepcionais e num palco único".²⁷ Foi a concretização de um desejo ("queriam sangue"²⁸) que os libertaria para outras atividades de corte, dentro do que era sua formação e a dos seus súbditos aristocratas. É também nesta década de 20 que o infante D. Pedro está no centro da Europa (1426)²⁹, talvez atraído por um certo "espelhismo das virtudes e pela miragem do exótico"³⁰ presentes na corte do imperador Sigismundo da Hungria. Os frutos desta viagem foram a evidente abertura de horizontes e um alargamento da sua bagagem cultural, dado ter adquirido nesta viagem um volume dos *Millione*, de Marco Polo de Veneza, ter-se deixado influenciar pelo humanista italiano Vergerio (mandou traduzi-lo para Afonso V, como já referimos, o que Zurara citaria na *Crónica da Tomada de Ceuta*)³¹ que se encontrava na Hungria desde 1418 e lá seria o responsável pelo surgimento do humanismo nesse espaço. É como se o infante se tornasse nesse príncipe interessado pela cultura 'universal', que traria os seus contributos para as suas reflexões enquanto tradutor e patrocinador de traduções quando regressasse a Portugal. Todos estes aspetos atrás referidos constituem quadros de autoria.

Quanto ao *LM*, Parece haver uniformidade em defender que o rei é o *autor* da obra, mas que terá contado com o apoio de homens experientes no mundo da caça, como refere logo no prólogo e ao longo do livro. Os monteiros e caçadores puderam ser requeridos para aconselhar e conferir autenticidade ao texto, por se tratar de um conjunto de especialistas no assunto, como indica Buceta.³² O rei foi talvez o revisor ou compilador de opiniões e ideias que poderia partilhar com os seus companheiros de caça, o que é uma forma de autoria. Para os contemporâneos faria mais sentido, com certeza, ser o rei a liderar tal projeto, mesmo que a sua participação no produto final tivesse sido diminuta, como propõe Esteves Pereira, que atribui a redação final e definitiva do *LM* a Martim Afonso de Melo,³³ ou praticamente nula na abordagem de Agostinho de Campos, que considera que o rei não teria paciência para redigir ou ditar

²⁷ Duarte, *Ceuta 1415*, 242.

²⁸ Duarte, *Ceuta 1415*, 46.

²⁹ Nesse ano também se encontra na Semana Santa em Viena de Áustria e em 1424 estivera na Dinamarca.

³⁰ Rákóczi István, "A Estada do Infante D. Pedro em Terras Húngaras e na corte do Imperador Segismundo" *Biblos*, vol. LXIX, (1993): 79-93.

³¹ István, "A Estada do Infante", 90.

³² Buceta, *Livro da Montaria*, 21.

³³ Pereira, "Introdução", XXI.

o tratado.³⁴ Mas Esteves Pereira aponta a hipótese de que esta obra pudesse consistir num manuscrito de autor anónimo que, para autorizar e credibilizar a sua obra a teria atribuído a um monarca, neste caso D. João I ("artifício literário muitas vezes usado na Idade Média"³⁵, como sugere). Uma outra forma de manipular a autoria de um texto no medieval seria a atribuição da autoria errada a determinado trabalho literário, sendo o autor mais antigo do que realmente o era.³⁶ O peso do antigo e do velho era altíssimo e o autor medieval tinha essa consciência, entroncando sistematicamente naquilo que era a memória dos valores e exemplos do passado, quanto mais longínquo melhor. Tal permite-lhe tirar partido do conceito de autoridade. A ligação entre a sequência dos termos "antigo", "memória", "autêntico", "autoridade", "verdade", "exemplo" assegura parte substancial do trabalho do autor medieval, dando-lhe credibilidade, fidedignidade e apreço por parte de um eventual público. Há vários agentes a ter em conta quando nos referimos ao processo de construção de um livro neste período, que se estendem desde o autor até todos aqueles que são tidos como os intervenientes (autoridades e outros) menos diretos, e que o primeiro pode manobrar e manipular conforme os seus objetivos. Este sistema será tanto mais perceptível pelo leitor ou estudioso conforme os graus de "honestidade literária"³⁷ do autor, que permitem identificar as diversas camadas de escrita e a procedência das ideias. Este modelo é válido, em geral, para a autoria medieval. No entanto, o problema da autoria parece estar mais que resolvido para quem, na contemporaneidade da nossa Baixa Idade Média, conheceu as obras e com elas tomou contacto.

Sendo assim, D. Duarte, na listagem dos livros que continha na sua biblioteca, referir-se-ia ao *LM* como *Livro de Monteria que copilou o vitorioso Rey Dom Yohão ao qual deus de eternal gloria*.³⁸ Não restam dúvidas sobre quem é o autor, o organizador ou o principal envolvido na empresa. O mesmo se aplica ao *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, do irmão D. Pedro. Estes parecem não questionar a autoria dos livros uns dos outros: se lhes perguntássemos quem escreveu o *LM*, responderiam que fora o rei D. João I, porque só os critérios da época servem para responder a esta interrogação: "a iniciativa é dele; dele são as ideias".³⁹ Como qualquer livro da altura, este integra

³⁴ Agostinho Campos, "Alvorecer da Prosa Literária sob o Signo de Avis", Albino Forjaz de Sampaio (ed.), *História da Literatura Portuguesa Ilustrada* (Lisboa: Aillaud e Bertrand, 1929), I, 162.

³⁵ Pereira, "Introdução", XV.

³⁶ Alastair Minnis, *Medieval Theory of Authorship: Scholastic Literary Attitudes in the Later Middle Age* (University of Pennsylvania Press, 1989), 9.

³⁷ A expressão é de Piel que a aplica a D. Duarte, como veremos. Cremos que D. João I segue o mesmo modelo, quando cita diretamente as autoridades e se faz apresentar na primeira pessoa, tal como o seu filho e herdeiro.

³⁸ D. Duarte, *L. Cart.*, 206-207.

³⁹ Duarte, *D. Duarte*, 280.

perfeitamente os critérios daquilo que é escrever um livro na Idade Média. O *LM* não surge referenciado na cronística, mas mais tarde Rui de Pina referiria que D. Duarte e D. Pedro foram estudiosos e verdadeiros amantes do conhecimento. D. Duarte:

Foi homem sesudo e de claro entendimento, amator de sciencia de que teve grande conhecimento, e nom per descurso d' Escollas, mas per continuar d' estudar, e leer per boões livros: caa soamente foi gramático, e algum tanto lógico: fez huu livro de Regimento pera os que costumarem andar a cavallo: e compôs per sy outro aderençoado á Rainha Dona Lianor sua mulher, a que entitulou, o Leal Conselheiro, abastado de muitas e singulares doctrinas, specialmente para os bees d'alma.⁴⁰

Repare-se que Pina desconhece o título do *L. Cav.*, mas invoca-o. Quanto ao *Livro dos Conselhos*, distingue-o numa passagem mais adiantada: "huu seu Livro, que comsigo sempre trazia, de cousas familiares e especiaes".⁴¹ De D. Pedro:

Foy bem latinado, e assaz mistyco em ciências e doutrinas de letras, e dado muyto ao estudo, elle tirou de latym em linguaem o Regimento de Pryncepes, que Frey Gil Correado compôs, e assy tirou o lyvro dos Offycios de Tullio, e Vegecio de Re Militari, e compos o livro que se diz da Virtuosa Bemfeytorya com huma confysam a qualquer Cristão muy proveytosa.⁴²

Zurara fora mais longe, ao extrair capítulos integrais do *LC*⁴³ como o da depressão do rei para a *Crónica da Tomada de Ceuta*, por exemplo. E quanto à atribuição de autorias na cronística oficial régia? Nem sequer se colocaria a interrogação sobre se foram ou não o rei e o infante D. Pedro os autores e os mentores das suas obras. Claro que foram. Nem Pina poderia proceder de outra forma. No entanto, a cronística é apenas uma 'frente', entre as demais, com que devemos contar para analisar coevamente a questão da autoria destas obras, tendo sempre em atenção o tipo de problemas que as crónicas colocam: linguagem discursiva, *intencional*, carregada de *ideologia*, *nunca desinteressada*, *nunca inócua*, nas palavras de Armindo de Sousa.⁴⁴

As outras 'frentes' encontram-se nas obras propriamente ditas.

Quanto ao *LM*, falta referir que é um livro de caça e de aspetos práticos, mas não só. Atrever-nos-íamos a considerá-lo, para além de um tratado técnico e de gineta, como um espelho da relação entre o Homem e a Natureza. Uma simples leitura permite

⁴⁰ Rui de Pina, *Crónica de D. Duarte* (Porto: Lello & Irmão Editores – Tesouros da Literatura e da História, 1977), 495.

⁴¹ Pina, *Crónica de D. Duarte*, 498.

⁴² Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V* (Porto, Lello & Irmão Editores – Tesouros da Literatura e da História, 1977), 754.

⁴³ Duarte, *Ceuta 1415*, 36.

⁴⁴ Armindo de Sousa, "Os Cronistas e o Imaginário no Século XV", Armindo de Sousa, *O Parlamento Medieval Português* (Porto: Fio da Palavra, 2014), 512.

detetar um conjunto de sinestésias (de cheiros, de sons...) só perceptíveis por quem, de facto, toma contacto com o mundo natural e experiencia essas atividades com a Natureza. É nesta última característica e na sua complexidade que residem as singularidades do *LM*: na sensibilidade com que o mundo natural é abordado e por a obra resultar de um contacto direto com este.

2. O Livro dos Conselhos de El-rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)

Já referimos o *L. Cart.* como forma de consulta para perceber como D. Duarte escreve o nome da obra do pai, e pelas cartas trocadas entre o infante D. Pedro e o seu reino.

O *Livro dos Conselhos* terá que receber uma interpretação distinta, dado tratar-se de um caderno de notas pessoais.⁴⁵ Consiste numa compilação de escritos muito curiosa, pela diversidade de temas e de tipos de textos, que inclui cartas escritas pelo rei, pelo infante D. Pedro; conselhos do Infante D. Henrique; regimentos; notas de cariz pessoal, relacionadas com o nascimentos dos filhos do rei, por exemplo; considerações sobre metais, moeda; mesinhas e orações. No índice dos capítulos ressalta, desde logo, a diferença de interesses entre os infantes. Todos eles são personagens interventivos nas páginas da *Cartuxa*, uns mais do que outros. Estamos a pensar nas cartas e conselhos: as mais numerosas pertencem ao infante D. Pedro. Aqui se regista a célebre *Carta de Bruges*. Será que isso pode indiciar uma maior proximidade e cumplicidade deste irmão com o rei?⁴⁶

Os autores são vários pelas razões óbvias. Trata-se de uma compilação de cartas que o rei recebe e escreve e de notas sobre assuntos que lhe interessam e que ele acha curiosos: um autor, na Idade Média, também pode ser isto. No entanto, cartas e pequenas anotações não são obras que impliquem um trabalho de fôlego, de leitura exigente e de elevada preparação intelectual, literária e filosófica. O *L. Cart.* não se pode equiparar em complexidade e profundidade ao *LC* ou ao *LM*, porque se trata de uma compilação de aspetos práticos da governação, de elementos privados, de interesse cultural, como um texto de D. Duarte sobre como traduzir (cap. 30) ou uma carta de D. Pedro sobre um livro que o rei mandara traduzir. Esta é outra faceta dos príncipes de Avis que, para além de serem 'autores', também foram 'tradutores'. D. Duarte traduz textos para o *LC*, ordena traduções e teoriza sobre essa atividade, e o infante D. Pedro

⁴⁵ Ficam, desde já, diminuídas as margens de dúvidas quanto à sua originalidade de escrita pela mão de D. Duarte. Assim João Alves Dias, na descrição codicológica que faz da obra, refere que o seu compilador foi, sem dúvida, o rei e que este terá escrito no livro e/ou mandado escrever. D. Duarte, *L. Cart.*, xv.

⁴⁶ Já considerámos ser muito possível.

traduz o *L.Of.* e a *VB.* Quanto a D. Duarte o *L. Cart.* testemunha, através de um pequeno texto de cinco tópicos, uma prática comum nesta Baixa Idade Média identificada por Peter Russell: o trabalho dos tradutores que, para além de investirem no seu ofício, escrevem sobre a sua experiência nos prólogos e nas dedicatórias⁴⁷ das suas versões de obras traduzidas.⁴⁸ D. Duarte dá alguns conselhos sobre como traduzir, revestidos de extraordinária atualidade. Diz que devemos conhecer bem a "sentença" que vamos trasladar; que não se acrescente, nem retire palavra alguma do que está escrito, que tudo se traduza para português, que não se confundam as palavras faladas com as escritas, que se escreva de forma perceptível e elegante.⁴⁹ Talvez seja possível encontrar nas recomendações do rei alguns princípios do 'pai' das traduções medievais, S. Jerónimo: este criticava a literalidade na tradução das palavras (à exceção da Sagrada Escritura, claro), defendia que o tradutor deveria captar as ideias expressas no texto que estava a trabalhar e traduzi-las. Este é designado de *interpretes*. Este modelo aplicava-se às línguas antigas com as quais Jerónimo operava, isto é, o latim, hebraico e grego. No entanto, encontramos a sua influência ainda no período que estamos a tratar, bem como depois no Humanismo.⁵⁰ Russell dá o exemplo concreto de Alonso de Cartagena, que num texto redigido em 1424, faz referências a Jerónimo, apesar de as traduções para as línguas vernáculas apresentarem outro tipo de problemas diferentes das línguas da Antiguidade. Assim, quando D. Duarte sugere que se conheça devidamente e "bem a sentença do que ha de tornar" e apela a que o tradutor "seja feroso o mais que ele poder", não se estará a aproximar da natureza interpretativa da tradução proposta por S. Jerónimo? Poderia ser tentador ligar o rei a uma autoridade como S. Jerónimo. Não estranharíamos tal apropriação. Note-se, no entanto, que há sempre formas de *medievalizar*⁵¹ o texto, através da glosa, entendida como parte integrante da tradução. Pela importância que adquire na Idade Média, a glosa é considerada um género literário específico.⁵² Mas relacionar os comentários feitos através de uma glosa com o conceito de autor nem sempre é evidente. É um universo complexo, pela acumulação sucessiva de texto não identificado, que vem corroborar a noção básica e principal que atravessa este trabalho: o quão difícil é estudar o autor medieval. O recurso à glosa é um dos mecanismos que serve este, através do contributo

⁴⁷ Russell não o refere diretamente, mas subentende-se que é nos prólogos e textos de dedicatória que podemos encontrar os tradutores, tal como o 'autor'.

⁴⁸ Russell, *Traducciones*, 11.

⁴⁹ D. Duarte, *L. Cart.*, 151-152.

⁵⁰ Sobre a 'teoria da tradução' de S. Jerónimo veja-se Russell, *Traducciones*, 26-28.

⁵¹ Russell, *Traducciones*, 40.

⁵² Anne Grondeux, "Auctoritas e glosa – Qual o Lugar para um autor numa glosa?", Michel Zimmermann, *Auctor & Auctoritas. Invention et conformisme dans l'écriture médiévale: Actes du Colloque de Saint-Quentin-en-Yvelines Yvelines* (Paris : École des Chartes, 2001), 246.

de autoridades, e que reflete a capacidade intelectual dos comentadores. Repare-se no exemplo apresentado por Anne Grondeux, que explica que o crescimento de uma glosa se faz com acrescentos exógenos e endógenos. O *Graecismus*, no século XIII, conta com comentários provindos das *Etimologias* de Isidoro de Sevilha e também com Donato.⁵³ Este texto segue os princípios de organização de uma redação ou de livro na Idade Média, nos quais é difícil encontrar o autor, pela coletivização no rearranjo constante de materiais intelectuais escritos. D. Duarte, no *LC*, sujeitaria os textos de Cassiano a este tipo de uso⁵⁴ (glosa), para além da citação e da tradução, como veremos. João Dionísio decide adotar esta tripla tipologia com base no livro de Antônio Soares Amóra sobre o *LC*. Daí também as diferenças substanciais entre o *L. Cart.* e as restantes obras em análise neste trabalho: apesar de contar com glosas⁵⁵, não inclui destes sistemas complicados de escrita e texto. Consiste antes, nessa compilação de documentos de ordem diversa⁵⁶ que podem fazer do seu compilador o seu autor, no simples sentido da arrumação final que decidiu dar aos textos que integram o *L. Cart.*. Neste caso autor e compilador confundem-se, e não há dúvida de que esse é D. Duarte: à medida que os assuntos lhe iam chegando ao conhecimento, ia anotando. Algumas dessas notas e redações seriam reutilizadas no *LC*, composto a pedido da rainha, D. Leonor, como o rei o refere:

Muyto prezada e amada Raynha Senhora: vos me requerestes que juntamente vos mandasse screver alguas cousas que avia scriptas per boo regimento de nossas conciencias e vontades. E posto que saibha graças a nosso senhor que todo avees muy comprido conhecimento com virtuosa husança, satisfazendo o vosso desejo consiirey que seria melhor feicto em forma de huu soo tractado com alguus adimentos.⁵⁷

A rainha tinha conhecimento do *L. Cart.* e aconselhou o rei a aprofundar determinadas matérias numa nova obra que se encontraria a redigir ou a compilar, o *LC*.

Regressando ao autor enquanto compilador, parece D. Duarte assemelhar-se a Vincent de Beauvais, ainda que a comparação possa ser algo forçada. No século XIII, este dominicano escrevia o *Speculum Majus*, uma enciclopédia, compêndio do saber medieval onde refere, com uma consciência e clareza extraordinárias, que a obra não é

⁵³ Grondeux, "Auctoritas e glosa", 249.

⁵⁴ João Dionísio, *D. Duarte, leitor de Cassiano*. [Tese de Doutoramento], (Universidade de Lisboa, 2000), 30.

⁵⁵ A. H. Marques, "O Livro da Cartuxa como fonte histórica", D. Duarte, *Livro dos Conselhos de el-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, ed. de João Alves Dias (Lisboa: Ed. Estampa, 1982), VIII.

⁵⁶ Para além da diversidade, João Alves Dias refere que estão desordenados. Talvez fosse pertinente relacionar esta aparente desorganização dos textos com o princípio da autoria. Isto é, se haverá algo subjacente à forma sequencial como os textos nos são apresentados pelo autor/compilador, o rei?

⁵⁷ D. Duarte, *LC*, 1.

sua⁵⁸, mas sim das autoridades às quais vai buscar as ideias. Limita-se a organizar. Mas essa organização também pressupõe autoria, até porque esta assenta no princípio da autoridade, como Vincent refere. Significa isto que se encontra dentro dos padrões da sua época, apesar de refletir sobre a autoria daquilo que se propôs fazer (isso, sim, parece ultrapassar os critérios).

Devemos, no entanto, ser cautelosos com esta comparação entre o *Livro dos Conselhos de el-rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)* e o *Speculum Majus*, de Vincent de Beauvais por serem obras muito distintas, com objetivos igualmente diferentes e com uma distância cronológica considerável. Mas, apesar das suas dissemelhanças, consideramos que existe este ponto de contacto: um autor que se preocupa em compilar, ainda que essa compilação apresente diversas camadas ou níveis de criação intelectual, ou seja, uma escrita a 'várias mãos' (como se de um *atelier* se tratasse), apesar de o *L. Cart.* não ser o exemplo mais paradigmático disso em D. Duarte.

3. O Livro da Virtuosa Bemfeitoria e o Livro dos Ofícios

O caso de D. Pedro (com a *VB*) pode assemelhar-se ao do seu pai, na medida em que testemunha o apoio do seu confessor, frei João Verba (D. João I contou pelo menos com a ajuda de monteiros). Fá-lo nas linhas que antecedem a obra propriamente dita:

E do acabamento do livro eu dey encomenda ao leçençeador frey Ioham verba meu confessor, fazendo per outrem o q de acabar per my entonçes era embargado. E elle tomou aquelle livro q eu tynha feyto. E tambem outro, q fez Séneca en q me eu fundara, e apanhou o q achou em elles q fosse bem dicto ou bem ordenado. E corregendo e acreçentando o q entendeo seer compridoyro, acabou o livro adeante scripto.⁵⁹

Assim se compreende o porquê do interesse da dedicatória a D. Duarte que abre o livro, antecedendo o primeiro capítulo, e onde surge este excerto, que atribuímos a D. Pedro. O autor/tradutor parece ser ele, sem que apareça registada uma coautoria nesta tradução de Séneca. Não restam dúvidas quanto aos traços moralizantes e didáticos que percorrem toda a obra. Mas tal como nos escritos de D. Duarte, a sua conceção é medieval e tem características escolásticas de apropriação do 'outro'. Mário Martins entende que a autoria da obra pertence mais a frei João Verba do que ao infante e que

⁵⁸ Monique-Paulmier Foucart, "O Ator e os Autores – Vincent de Beauvais e a escrita do *Speculum Majus*", Michel Zimmermann, *Auctor & Auctoritas. Invention et conformisme dans l'écriture médiévale: Actes du Colloque de Saint-Quentin-en-Yvelines Yvelines* (Paris : École des Chartes, 2001), 145-157.

⁵⁹ D. Pedro, *VB*, 22.

o processo de distinguir o que é de um ou de outro é verdadeiramente difícil.⁶⁰ Este autor deteta igualmente comparações, histórias, parábolas e frases avulsas que D. Pedro ou frei João Verba tiram da Bíblia, "sem pedir licença"⁶¹, utilizando-as sobretudo no final de cada capítulo.⁶² A expressão parece ser mais do que adequada porque é precisamente isso que o autor medieval faz, ao reconhecer um texto como superior e ao se apropriar dele através de colagens e repetições sucessivas.

Repare-se, no entanto, que quando D. Pedro se dirige a frei João Verba, refere que este acabou a obra e que ele próprio a iniciou num ano em que se reuniram cortes em Santarém. Escreve o infante no texto que antecede o primeiro capítulo do livro:

Porem som çerto que bem acordado serees que ao tempo que o muy poderoso e alto prinçipe Elrey senhor nosso teve cortes por perçebimento da guerra sperada com os castellões em sanctarem onde ambos erees presente elle vos me perguntastes en que ponto ou termho stava huu livro dos benefiços entom chamado, q eu começara em aquelle anno.⁶³

Relembremos que João Gouveia Monteiro⁶⁴ data o início da redação da *Virtuosa Bemfeitoria* de 1418, sem indicar qualquer outra referenciação cronológica até 1433 (pela seguinte abertura: "Muy alto prinçipe de grande poderio, e muyto horrado e prezado Senhor Iffante, Eduarte, primogenito herdeiro dos Reynos de Portugal e do Algarve").⁶⁵ É o próprio D. Pedro quem indica quando começou a trabalhar neste livro no excerto que acabámos de apresentar. Nele se refere às Cortes de Santarém de 1418, convocadas para se alcançarem subsídios para as despesas da guerra com Castela, que poderia reacender-se.⁶⁶

Interessa perceber quais são os verbos associados ao autor ou aos autores, sobretudo quando aplicados nos prefácios das obras bibliográficas.⁶⁷ É na pessoa (primeira pessoa) e nas palavras que implicam ação que encontramos o possível autor. É um princípio não apenas aplicável aos prólogos dos livros que estamos a estudar,

⁶⁰ Martins, *A Bíblia*, 71.

⁶¹ Martins, *A Bíblia*, 73. Veja-se o exemplo das personagens bíblicas Sara e Isaac de quem se serve, sem citar o origem da Sagrada Escritura. p.31. Há igualmente lugar para as figuras da Antiguidade Clássica, como o rei Príamo e o seu filho Heitor. p.34. Repare-se que D. Duarte contava com um livro sobre a história de Troia na sua biblioteca – *Historia de troya per aragoes*. D Duarte, *Livro da Cartuxa*, 208.

⁶² José Antunes, "Bíblia", Giulia Lanciani, Giuseppe Tavani (ed.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa* (Lisboa: Caminho, 1993), 87.

⁶³ D. Pedro, *VB*, 21.

⁶⁴ Monteiro, "Orientações", 96.

⁶⁵ D. Pedro, *VB*, 21.

⁶⁶ Armindo de Sousa, *As Cortes Medievais Portuguesas* (Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de História da Universidade do Porto, 1990), I, 340.

⁶⁷ Pascale Bourgain, "Verbos relacionados com o conceito de Autor", Michel Zimmermann, *Auctor & Auctoritas. Invention et conformisme dans l'écriture médiévale: Actes du Colloque de Saint-Quentin-en-Yvelines Yvelines* (Paris : École des Chartes, 2001), 361.

como propõe Pascale Bourgain, mas extensível a todo o texto e verificável em todos os livros que estudámos.

Quando D. Pedro utiliza a forma verbal *começara* pode considerar-se que iniciou um projeto de tradução da obra de Séneca, sendo a função do seu confessor *acabar*, até porque em meados da década de 20 do século XV o infante encontra-se fora do reino. A sua disponibilidade pode ter ficado comprometida nesses anos e frei João Verba ter-se-ia encarregado de continuar os trabalhos de redação. Neste aspeto pode talvez assemelhar-se a D. João I, na medida em que o conceito de autor neste último terá funcionado mais como mentor de uma iniciativa coletiva de compilar um livro.

O prólogo é importante porque tem dados que ajudam a datar a obra tópica e cronologicamente, estabelece claramente os seus destinatários (*o livro aos príncipes seia aderençado*)⁶⁸ mas consiste, acima de tudo, num discurso de quem, de facto, esteve envolvido na sua tradução. Apenas aquele que se dedica a determinado objetivo para conseguir um fim conhece as dificuldades da tarefa. É o que se parece passar com o infante. Vejamos os comentários que tece acerca dos mecanismos de tradução: “parte troncado e em pausas curtas, que ao dictar som de grande trabalho. E outra parte em pausas compridas q de rrazoar he mais chaã maneyra”.⁶⁹ Ou seja, é mais difícil traduzir passagens curtas do que excertos mais extensos. Este poderia ser considerado um bom argumento a favor de uma participação ativa do infante D. Pedro nesta empresa. O mesmo se aplica ao *L. Of.*, quando na dedicatória que redige para D. Duarte (príncipe à altura), D. Pedro dá conta de

Cam pouco eu entendo de latim, sábeo a vossa mercee, e a minha maneira descrever em linguagem conheço certamente que nom he abastante ao mui notável estillo (...) por me despoer a fazer o que bem nom sabia, e, pois, me despoinha, nom fazer melhor que soubesse.⁷⁰

Adiante acrescentaria:

E deste volume os primeiros dous livros, segundo meu juízo, me parecem que teem vantagem do terceiro, e aquelles achei mais claros. O terceyro achey muito scuro, por que reconta estorias e exemplos, e parece que screvia a quem as sabia (...) nom entendendo o que no livro dezia.⁷¹

À semelhança do que tinha escrito na *VB*, o infante tem dificuldades com o latim e com o conteúdo da terceira parte do livro: para os “portugueses amadores de virtude

⁶⁸ D. Pedro, *VB*, 22.

⁶⁹ D. Pedro, *VB*, 22.

⁷⁰ D. Pedro, *Livro dos Offícios*, ed. e anotado por Joseph Piel (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1948), 2.

⁷¹ D. Pedro, *L. Of.*, 4.

que nom som ou ao diante nom forem latinados, eu me despus ao trabalho de tornar este livro em nossa linguagem".⁷² A autoria do *L. Of.* parece ser menos controversa do que a *VB*; ao testemunhar os problemas que uma tradução lhe colocava, D. Pedro defendia-se para a posterioridade, dando boas margens de certeza acerca do seu trabalho, ao contrário do que faz quando enuncia o nome do seu confessor. "A questão da paternidade do *Livro dos Ofícios* pode considerar-se definitivamente arrumada".⁷³

Vimos que na década de 20 do século XV, o infante D. Pedro viaja e conhece Alonso de Cartagena, futuro bispo de Burgos, que o terá possivelmente motivado a traduzir esta obra de Cícero. No entanto, sabemos que a *VB* ainda está nos horizontes do infante. Poderá ter abandonado aos 'cuidados' de frei João Verba a escrita da *VB* para se dedicar à tradução do *L. Of.*? Daí a partilha que refere no prólogo. Assim se compreende que a *VB* suscite imensas "dificuldades críticas".⁷⁴ O infante tinha feito uma primeira redação mas, como explica a D. Duarte, achou que deveria fazer "emmenda. E muytas mais q a meu entender, em elle deviam seer acreçentadas".⁷⁵

Coloca-se então a interrogação: quem fez o quê? O tema tem sido abordado por especialistas, havendo, no entanto, partes da obra que pertencem sem dúvida ao infante, como a carta-dedicatória que abordámos, bem como as múltiplas referências que faz aos senhores e príncipes. Quanto ao seu coautor, frei João Verba, Joaquim de Carvalho, citado por Sebastião de Pinho, identifica-o no método expositivo, na escrita escolástica e no "desenvolvimento da erudição escriturária, teológica e filosófica".⁷⁶

O tema permanece em aberto. Em D. Pedro, tal como no pai e no irmão, encontramos a presença constante da *Bíblia* e o recurso aos antigos e mesmo a figuras medievais que diríamos ser de 'proa'. Vejam-se os seguintes excertos: "Aristotilles philosopho muy sottil, querendo enssinar o modo perq uymos em conhecimento das cousas. Diz no postumeiro livro da lógica, q primeyramente devemos de saber da cousa se ella he"⁷⁷, ou no capítulo da obra, em que dá graças da Deus pela conclusão da mesma, recorre a S. Gregório. Escreve então: "E porem diz sam gregorio no XXV livro da obra moral, que deos he dentro em todo sem ençarramento, e he fora de todo, nom seendo apartado, e sem baixeza o mundo sostem, sobre todo se exalça sem

⁷² D. Pedro, *L. Of.*, 2. Repare-se na utilização das palavras *portugueses* e *português* por D. Pedro, enquanto língua falada em Portugal e possível elemento aglutinador do povo. Que definição daria o príncipe a estes termos no século XV e quem eram estes portugueses para quem a obra parece destinada? No *L. Cav.*, D. Duarte falaria em *naçom*, no sentido de reino? - D. Duarte, *L. Cav.*, 131. O que são os *portugueses* e uma *nação* na Idade Média, na ótica de um príncipe?

⁷³ Sebastião Tavares Pinho, "O Infante D. Pedro e a Escola de Tradutores da Corte de Avis" *Biblos*, vol. LXIX (1993): 133.

⁷⁴ Monteiro, "Orientações", 96.

⁷⁵ D. Pedro, *VB*, 21.

⁷⁶ Pinho, "O Infante D. Pedro", 134.

⁷⁷ D. Pedro, *VB*, 31.

perlongança".⁷⁸ O Infante parecia não encontrar melhor ideia e princípio para exaltar a Deus e assim se serve de uma autoridade.

A *VB* inscreve-se na tipologia de traduções da época, assente numa constante e sistemática medievalização dos textos e das ideias presentes no original. Bastaria a amostra de excertos que vimos acima para decalcar essa variada proveniência de ideias e de conhecimentos que comentam o texto: a Sagrada Escritura, autoridades medievais, como S. Gregório; antigas, como Aristóteles (que acentua a sua presença na cultura portuguesa nos séculos finais da Idade Média, sendo amplamente aproveitado pelos Avis na sua faceta ético-política)⁷⁹ e mesmo antigas num sentido mais ficcional quanto à comparação da importância de lugares ocupados pelo rei Príamo e pelo seu filho Heitor na sociedade com a hierarquização que estabelece entre os benefícios e as partes da obra.⁸⁰ Heitor ocupa o segundo lugar face ao rei, seu pai, porque este se encontra acima de tudo, enquanto monarca. No entanto, o filho por ser majestoso cavaleiro é a figura que imediatamente se lhe segue. Está o infante a apelar à hierarquização social e à valorização da cavalaria, enquanto atributo da nobreza? Eis um possível exemplo da manutenção da medievalidade na obra de D. Pedro, na forma como relaciona as ideias e os princípios de Séneca com os da sua época e com as concepções de construir um texto. A *VB* resulta da visão medieval de *uma tradução comentada e amplificada do De Beneficiis*.⁸¹ O benefício é apresentado como forma de reforçar as relações entre os grupos sociais, o que nos remete mais uma vez para a orgânica da sociedade medieval.

Comentar e traduzir um texto de um autor clássico, que vive no século de Augusto (séc. I d. C.), com base na *Bíblia*, em Santo Agostinho, em S. Gregório e evidenciando o espírito de cavaleiro é prova mais que suficiente dessa medievalização textual. Na Roma do século I, Séneca nunca poderia ter citado a Bíblia, nem todos os outros. O infante é que o fez e conferiu uma tonalidade do seu tempo, "charneira entre duas épocas, em que conviviam tradição e modernidade",⁸² e onde a realeza e o estatuto de príncipe aparecem como um ofício, que pressupõe instrução e formação, adquirida através do contacto com bons autores⁸³ e a afirmação do papel mais centralizador do estado, bem como da definição dos direitos e deveres de governados e governadores.

⁷⁸ D. Pedro, *VB*, 334.

⁷⁹ Francisco da Gama Caeiro, "Aristotelismo em Portugal (período medieval)", Giulia Lanciani, Giuseppe Tavani (ed.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa* (Lisboa: Caminho, 1993), 61-62.

⁸⁰ D. Pedro, *VB*, 34.

⁸¹ Rita Costa Gomes, "Virtuosa Benfeitoria", Giulia Lanciani, Giuseppe Tavani (ed.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa* (Lisboa: Caminho, 1993), 681.

⁸² Nair de Castro Soares, "A Virtuosa Benfeitoria" *Biblos*, vol. LXIX (1993): 298.

⁸³ Soares, "A Virtuosa Benfeitoria", 293.

Na Baixa Idade Média, o príncipe aparece como um espelho⁸⁴ ou exemplo de virtudes da comunidade, que vai ao encontro da forma como a Idade Média via a sociedade.⁸⁵ Assim se explica também a *VB*, não apenas como essa janela para o medievo, mas igualmente como uma portadora da herança clássica na cultura portuguesa de finais da Idade Média. Uma herança que só se concebe *numa perspetiva de prolongamento e atualização*⁸⁶, nas palavras de Michel Zimmermann.

4. O Leal Conselheiro

D. Duarte já não é tão explícito, fazendo toda a sua exposição na primeira pessoa, mas o *LC* é um riquíssimo exemplo dessa prática medieval de reconstrução e acrescento⁸⁷ textuais sempre no horizonte da tradição e que 'limita', em parte, o teor criativo dos autores. Ainda que referir a propriedade artística e os direitos de autor seja totalmente anacrónico, estas duas concepções servem bem o nosso propósito, no sentido de evidenciar as diferenças entre a realidade dos nossos dias e a da Idade Média, simplesmente porque estes aspetos não existiam nesta última. Escrever é um exercício reservado a poucos e os que o fazem vêm as suas capacidades balizadas pelas ideias e esquemas definidos pelas autoridades, que norteiam o seu discurso e originalidade.

Há que ver o *LC* como um livro de ensaios sobre os mais diversos temas (substancialmente diferente do *L. Cart.*)⁸⁸, desde a caridade, à tristeza, à memória, à esperança, à inveja, ao pecado, às virtudes, à lealdade, à fé, até aos comentários ao *De Officiis*, de Cícero e às homilias de S. Gregório, que invoca um espírito profundamente religioso, austero e cheio de preocupações moralizantes. As suas reflexões, traduzidas para texto, parecem sempre caminhar no sentido da edificação, do bem e da procura de modelos, que são os clássicos, os medievais e os bíblicos, como não poderia deixar de ser. Não é ao acaso que Joseph Piel, que organizou a edição que estamos a utilizar, anexa no final do livro os textos latinos de S. Gregório, de João Cassiano, de S. Tomás de Aquino, de Cícero, de Ludolfo da Saxónia, que D. Duarte traduz ou manda traduzir.

⁸⁴ Tema acerca do qual D. Duarte tinha o livro *Regimento de Príncipes*, de Egídio Romano.

⁸⁵ Monteiro, "Orientações", 92.

⁸⁶ Michel Zimmermann, "Abertura do Colóquio", Michel Zimmermann, *Auctor & Auctoritas. Invention et conformisme dans l'écriture médiévale: Actes du Colloque de Saint-Quentin-en-Yvelines Yvelines* (Paris : École des Chartes, 2001), 11.

⁸⁷ Ettore Finazzi-Agrò, "Autor", Giulia Lanciani, Giuseppe Tavani (ed.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa* (Lisboa: Caminho, 1993), 74.

⁸⁸ (...) sempre que *lhe ocorria uma reflexão que pensava retomar, sempre que *lhe* escreviam uma carta com sumo (...) sempre que topava com curiosidades, D. Duarte anotava, no seu livrinho*. Esta afirmação sintetiza bem a orgânica deste livro. Luís Miguel Duarte chega mesmo a adiantar a hipótese de que, se o rei não tivesse morrido tão precocemente, talvez o *Livro da Cartuxa* se tivesse transformado numa terceira obra. Duarte, *D. Duarte*, 286.

O rei indica estes textos ao longo das páginas que redige, como fontes para as suas ideias. Parece ser algo pouco vulgar para a época em que constrói a sua obra, tendo em conta quais as convenções e ideias associadas a um autor. Como vimos, D. Pedro não se importou de recorrer à Bíblia, sem indicar que o estava a fazer, ao contrário do irmão.

Piel refere capítulos que consistem em traduções e outros de uma autoria mais liberta, nos quais o rei faz apenas um aproveitamento de ideias dos autores e das autoridades.⁸⁹ No entanto, D. Duarte encontra espaço para expor as suas experiências pessoais, no capítulo XIX: "Da maneira que fui doente do humor menencorico, e del guareci". Parece-nos bastante singular que um escritor medieval se predisponha a tal, se pensarmos que o autor recebe da Idade Média uma promoção para a sua quase 'anulação', simplesmente pela forma como o saber é concebido. O género autobiográfico é anacrónico na Idade Média, na perspectiva de Jean-Claude Schmitt, não existindo como nós hoje o concebemos.⁹⁰ Imaginarmos D. Duarte sentado na sua secretária a escrever uma espécie de diário ou de memórias deve ser completamente posto de parte para o período.⁹¹ Aquilo que podemos encontrar é "monodic narration".⁹²

Esta motivação pessoal presente no *LC* poderá aparentar-se com um Humanismo que está a nascer na Europa do século XV e que provoca uma viragem nas formas de pensamento e de estar do Homem perante o mundo tornando-o mais preocupado com a sua dimensão humana e com a sua liberdade face às amarras do saber escolástico medieval e do teocentrismo? Parece um raciocínio demasiado simplista, mas levar-nos-ia longe e ainda mais se quiséssemos encontrar esta mudança em D. Duarte e em D. Pedro. No entanto, escreve Schmitt que há o florescer de várias formas de escrita autobiográfica em Dante e em Petrarca e depois no Renascimento.⁹³ A presença do 'eu' nestes capítulos do *LC*, sobre a depressão do rei, traduz uma marca muito significativa sobre quem é o autor de pelo menos este capítulo da obra. Já que nesta fase de estudo não podemos falar em 'autorias absolutas'. Regressaremos ao exemplo do infante D. Pedro, aquando da redação de linhas sobre as suas experiências no mundo das traduções. Como negar essas palavras ao infante, na medida em que só quem planeia e executa é que pode testemunhar acerca do 'sabor' das consequências,

⁸⁹ Joseph Piel, "Prefácio", D. Duarte, *Leal Conselheiro o Qual Fez dom Eduarte Rey de Portugal e do Algarve e Senhor de Cepta*, ed. crítica e anotada de Joseph Piel (Lisboa: Livraria Bertrand, 1942), XIII.

⁹⁰ Schmitt, *The Conversion*, 49.

⁹¹ Schmitt, *The Conversion*, 46.

⁹² Não conseguimos encontrar uma tradução exata ou razoável para a expressão, para transparecer a ideia de individualidade na escrita. p.49. O tema da autobiografia na Idade Média tem preocupado os estudiosos que se dedicam à matéria, como enuncia Schmitt, nomeadamente acerca das relações com as *Confissões* de Santo Agostinho. Vejam-se as páginas 44 a 66.

⁹³ Schmitt, *The Conversion*, 47.

dissabores ou benefícios daquilo que fez ou sentiu? O mesmo se aplica à depressão de D. Duarte. É sinal dessa Baixa Idade Média cheia de transformações? Com cautela e muitas reservas, talvez. O que estas obras possam ter de novo, têm igualmente de tradicional, dentro de um conjunto de práticas de continuidade e de 'reciclagem' daquilo que são as heranças clássicas e pagãs e as medievais. Consideramos que são projetos de transição histórica.⁹⁴

No entanto, tal como nos outros livros que abordámos, convém sublinhar que, apesar de encontrarmos textos do punho de D. Duarte, temos traduções de que se apropria e ideias que são detetadas quando comparadas com os livros e obras originais donde provêm, ideias transversais a todas as obras que estamos a analisar. Para explicar o seu estado de tristeza, o rei chegar a socorrer-se das *Instituições*, de Cassiano para definir e explicar as causas e os remédios contra este estado depressivo⁹⁵, sem que faça referência a este. Assim se esconde o autor atrás das ideias e argumentos das autoridades, mesmo quando se refere às suas vivências. Posição diferente assumiria no capítulo RI, quando reflete sobre as distinções sociais e se mune das *Colações* da mesma autoridade e a indica: "vos faço esta declaração do que sobr'ello me parece, tirada pyncipalmente a força della do livro das Collaçoes (...)"⁹⁶. Seguir-se-ia uma tradução de Cassiano, que Piel identifica como sendo pertencente à Colaço VI. Já no capítulo RII, que consiste numa tradução do mesmo autor, D. Duarte não o cita e mistura as suas ideias com vários trechos da Sagrada Escritura. Contudo, observem-se os capítulos RVII e LXXXVII: uma tradução livre de S. Tomás de Aquino e um "tralladado do livro de Vyta Christi"⁹⁷, respetivamente e onde se faz menção direta à proveniência ou de autoridade ou de obra. Percebemos então que percorrer o *LC* significa o confronto com muitas ideias, muitos livros, autoridades e autores. Uma pequena amostra, à semelhança do que tínhamos estabelecido para a *VB*, permite-nos agrupar as fontes ou recursos de D. Duarte em bíblicos (o *LC* está repleto de passagens e citações bíblicas, simples alusões ou resumos em discurso indireto⁹⁸): "Onde no Livro dos Macabeus (...)"⁹⁹, algumas vezes, por que aja nembrança ameude das joyas e chagas de Cristo"¹⁰⁰; antigos/clássicos: "E nom resguardam ao que Seneca diz (...)"¹⁰¹; vejamos

⁹⁴ Ainda que esta afirmação requeira fundamentação e aprofundamento.

⁹⁵ Márcio Ricardo Coelho Muniz, "Os leais e prudentes conselhos de El-rei D. Duarte", Lênia Márcia Mongelli (ed.), *A Literatura Doutrinária na Corte de Avis* (São Paulo: Martins Fontes, 2001).

⁹⁶ D. Duarte, *LC*, 160.

⁹⁷ D. Duarte, *LC*, 319.

⁹⁸ Antunes, "Bíblia", 87.

⁹⁹ D. Duarte, *LC*, 323.

¹⁰⁰ D. Duarte, *LC*, 323.

¹⁰¹ D. Duarte, *LC*, 186.

se as referências a Aristóteles (citado 13 vezes no *LC*¹⁰²), Valério Máximo e Cícero¹⁰³ no capítulo L, e medievais: São Gregório e Santo Agostinho mencionados no capítulo XXXVI, Egídio Romano no capítulo LXXXVI ou Cassiano. Este último é apontado como "fonte estrutural do *LC*, onde quase todas as citações são citadas"¹⁰⁴, sendo o autor a quem D. Duarte mais recorre, submetendo-o à citação, glosa e tradução e "paráfrase, sumário, alusão".¹⁰⁵ João Dionísio refere o seu aproveitamento a dois níveis: de forma explícita, através da citação direta da obra e que atestámos, e de forma implícita¹⁰⁶, sem que o rei o nomeie, mas retirando alusões para o discurso que está a construir. Cassiano aproxima-se assim da bíblia enquanto autoridade, pelo número de referências que obtém.

Restaria refletirmos sobre a seleção destes textos por parte do autor – uma forma de ver ou de encontrar o autor. Essa seleção pressupõe sempre escolha pessoal, decisão conforme os temas sobre os quais se escreve, crítica, conhecimento literário profundo, inteligência, originalidade... autoria. Apesar de evidenciar uma aparente dependência e submissão à autoridade, será que o autor não contorna esse constrangimento, quando a 'reduz' aos seus interesses de escrita? Com o que devemos contar em primeiro lugar: com o autor ou com a autoridade? Quando D. Duarte escreve sobre a sua mágoa e tristeza e se serve de Cassiano para ilustrar tal estado não poderemos ver a subordinação da auctoritas ao autor, que teve o impulso criativo e só depois a procurou, secundarizando-a? Tratar-se-ia de efetuar uma leitura contrária dentro daquilo que são as tradições literárias medievais.

5. O Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela

Por fim, mencione-se o *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda A Sela*¹⁰⁷ e as suas eventuais aproximações ou semelhanças com o *LM*. Consideramos que este último consiste num tratado acerca da caça e das atividades relacionadas com ela e que é revestido desse aspeto singular que se prende com a Natureza. Tem uma vertente técnica intimamente ligada com o domínio militar (importante para o estudo da história militar), a fim de se perceber qual o tipo de técnicas e de armamento de que o cavaleiro

¹⁰² Caeiro, "Aristotelismo", 61.

¹⁰³ Contava com livros de todos eles na sua biblioteca.

¹⁰⁴ Dionísio, *D. Duarte, leitor de Cassiano*, 25.

¹⁰⁵ Dionísio, *D. Duarte, leitor de Cassiano*, 300.

¹⁰⁶ Dionísio, *D. Duarte, leitor de Cassiano*, 31.

¹⁰⁷ Depois da invocação e da intitulação, D Duarte abre a sua obra apoiando-se numa expressão que conhece: *ajudando aquel dito de fazer livros nom he fim (...)*. Acrescente-se mais este testemunho da predisposição do rei para a cultura, nas horas vagas e disponíveis dos trabalhos da governação, à semelhança de Júlio César.

português dispõe em meados do século XV. Refere-se a um processo de acumulação no armamento. O *L. Cav.* é disso mesmo testemunho, quando no segundo capítulo da sexta parte, no qual trata das esporas, refere que "ja vy costumar trazêllas dereitas de razoado compasso, e curtas, tortas pera fundo, depois compridas e alguas tortas pera riba. E dellas de rroda, e outras de cano".¹⁰⁸ João Gouveia Monteiro inclui-o no leque de fontes literárias sobre sabedoria bélica no Portugal da Baixa Idade Média¹⁰⁹, que encontra sucesso na corte dos Avis. Lembra que é um tratado sobre a arte da guerra também faz parte da formação dos príncipes: quando encontramos na livraria de D. Duarte um exemplar da *Arvore das Batalhas*, do beneditino Honoré de Bouvet, que o compôs para instruir o jovem monarca francês no direito e na prática bélicos¹¹⁰, é nítida a ligação cultural e temporal com o *L. Cav.*.

E quanto a autoria? É verdade que D. Duarte se refere ao pai, D. João I, a propósito do *LM*, a Vegécio (*De Re Militari*) e a Egídio Colonna (*Regimento dos Príncipes*), mas com esta obra supomos que é o primeiro a redigir um tratado de equitação dentro da literatura europeia.¹¹¹ Piel defende, igualmente a total originalidade do texto, que para além de especificidades técnicas terá tido preocupações didáticas, quiçá para os cavaleiros e fidalgos mais próximos que o rodeavam, o que atestamos no primeiro capítulo da sexta parte, quando o monarca escreve a propósito dos usos dos estribos e das esporas e conclui que cada "*naçom tem seu geito*". No entanto, explica: "screvo principalmente pera enssynar meus subdictos"¹¹² ou "*faço por ensinar os que tanto nom souberem (...)*".¹¹³ Alguns capítulos refletem sobre a honra e o bem dos quais os cavaleiros e escudeiros são merecedores por cavalgarem de forma correta (capítulo I), ou nas primeiras linhas do prólogo: "a manha de seer boo cavalgador he hua das principaaes que os senhores cavalleiros e scudeiros devem aver"¹¹⁴, screvo alguas cousas per que seran ajudados pera a melhor percalçar". Claramente há o princípio de que os exercícios militares, as boas práticas de cavalaria, de caça e de montaria devem integrar a boa formação do nobre. Serve-se de comparações para ilustrar o seu ofício de escritor quando se refere a Júlio César, a fim de enfatizar que este sempre que podia e tinha tempo disponível se dedicava a escrever – referência que encontramos

¹⁰⁸ D. Duarte, *L. Cav.*, 131.

¹⁰⁹ João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média* (Lisboa: Editorial Notícias, 1998), 191-192.

¹¹⁰ Monteiro, *A Guerra*, 200. Citado no *LC*, 142.

¹¹¹ Joseph Piel, "Prefácio", D. Duarte, *Livro da Enseñança da Arte de Cavalgar Toda Sela*, ed. crítica de Joseph Piel (Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986), VIII.

¹¹² D. Duarte, *L. Cav.*, 131.

¹¹³ D. Duarte, *L. Cav.*, 1.

¹¹⁴ D. Duarte, *L. Cav.*, 1.

igualmente no prólogo. César (fonte clássica) já tinha sido abordado por D. João I no *LM* e agora é o filho quem vai buscar o exemplo.

Uma consulta à biblioteca de D. Duarte sugere que o rei não dispunha de livros sobre estes temas que o ajudassem a construir esta obra. Este argumento pode ajudar a sustentar, em parte, a tese da originalidade deste livro, como Piel defende. É verdade que D. Duarte sente liberdade para se exprimir face à autoria do seu trabalho: "(...) me praz de poer esta scyencia primeiro em scripto (...) ¹¹⁵ (prólogo); (...) conhecendo os que esto leerem que nom screvo do que ouvy, mas daquello que per grande custume tenho aprendido". ¹¹⁶ (cap. XIII). D. Duarte volta, portanto, a conferir a sua marca pessoal aos seus textos, à semelhança daquilo que tinha feito no *LC*. Esta última ideia sublinha a *honestidade literária* ¹¹⁷ do rei (ideia um tanto anacrónica se aplicada à Idade Média), enquanto autor e que é, de facto, um seu traço singular.

Uma derradeira dúvida acerca da autoria destas obras prender-se-ia com as compilações, isto é, com o saber se o rei vai compondo os capítulos, acerca da própria forma como os organiza e os dispõe, e se tudo isto não será uma espelho dessa mesma autoria? Essa preocupação, apenas, já denotaria alguma inovação e uma evidente marca pessoal.

Balanço

Onde encontrar o autor nestes textos? Nos prólogos ou nas dedicatórias (que funcionam como prólogos); na presença do 'eu' - escritos na primeira pessoa, que Schmitt relaciona com o pré-humanismo de Dante e Petrarca e com os seus textos, tal como Minnis, quando 'humaniza' o autor do medievo tardio: *If, at the end of the Middle Ages, "auctores" became like men, men became like "auctores"* ou na Renascença quando o autor se tornar um *reader's respected friend*; no carácter autobiográfico de algumas páginas do *LC* (sobretudo nessa páginas únicas sobre a sua depressão, a tristeza e os remédios para a sua cura, mas também no *L. Cav.*, escrito na primeira pessoa e onde o monarca especifica o seu público e propósitos da sua escrita); e, por fim, no próprio trabalho dos textos que são seleccionados para a redação das obras, no interior das quais se estabelece a sobreposição de livros, ideias e autores e/ou autoridades diferentes.

Parecia estar, igualmente, reunido esse contexto de autoria que situámos sobretudo depois da conquista de Ceuta: D. João I promove o início da redação do *LM* juntamente com os seus companheiros de caça e especialistas no assunto; D. Duarte

¹¹⁵ D. Duarte, *L. Cav.*, 3.

¹¹⁶ D. Duarte, *L. Cav.*, 116.

¹¹⁷ Piel, "Prefácio Livro de Cavalgar", VIII.

está à frente do reino, estabelece laços com esse humanista e homem notável do saber que foi Alonso de Cartagena, continua certamente a redação do seu original *L. Cav.* mantém-se informado das viagens que o seu irmão D. Pedro faz pelo estrangeiro que, por sua vez, puseram este último em contacto com aquele que contribuiu para o advento do humanismo na Hungria, lhe permitiram comprar livros e lhe facultaram uma visão crítica típica de quem observa do exterior¹¹⁸ e de que a *Carta de Bruges* é o testemunho mais célebre e notório.¹¹⁹ É como se o infante se encontrasse em missão no estrangeiro e as realidades de que se apercebia, anotava-as e partilhava-as com os seus, que lho pediram, como encontramos nas primeiras linhas desta carta/tratado. O elogio, o peso da idade, a obediência parece ser reservados aos grandes homens, enquanto condutores e responsáveis pelos seus súbditos e enquanto governantes, que devem ter a função, entre outras, de aconselhar pia e letradamente. Assim se pode perceber mais claramente o conteúdo e as motivações das obras que os Avis organizam, escrevem ou encomendam nesta fase. Em suma, parece que D. João I e os filhos têm conhecimento dos melhores da sua época e com eles contactam.

No entanto, Luís Miguel Duarte chama a atenção para a necessidade da introdução da "problemática da autoria na Idade Média"¹²⁰ no campo da discussão científica. Com esta inovação ficaríamos melhor esclarecidos acerca das obras dos príncipes de Avis e conhecê-las-íamos noutra perspetiva.

¹¹⁸ Posição visível nesta afirmação de D. Pedro: *segundo vy e ouuy dizer a outros fora nas terras d espanha (...)*. D. Duarte, *Livro dos Conselhos de el-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, ed. de João Alves Dias (Lisboa: Ed. Estampa, 1982), 28.

¹¹⁹ Repare-se nas opiniões e nos conselhos que o infante D. Pedro tece acerca do estado da clerezia e da universidade, por exemplo. D. Duarte, *Livro da Cartuxa*, 28-29.

¹²⁰ Luís Miguel Duarte, "Prefácio", Catarina Fernandes Barreira, Miguel Metelo de Seixas (ed.), *D. Duarte e a sua época. Arte, cultura, poder e espiritualidade* (Lisboa: Instituto de Estudos Medievais da UNL, 2014), 17.

Fontes

- D. Duarte. *Livro da Ensinança da Arte de Cavalgar Toda Sela*, ed. crítica de Joseph Piel. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986.
- *Livro dos Conselhos de el-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, ed. de João Alves Dias. Lisboa: Ed. Estampa, 1982.
- *Leal Conselheiro o Qual Fez dom Eduarte Rey de Portugal e do Algarve e Senhor de Cepta*, ed. crítica e anotada de Joseph Piel. Lisboa: Livraria Bertrand, 1942.
- D. João I. *Livro da Montaria Feito por D. João I, rei de Portugal*, pub. Academia das Ciências de Lisboa por Francisco Esteves Pereira. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918.
- Lopes, Fernão. *Crónica de D. João I*, edição preparada por M. Lopes de Almeida e A. de Magalhães Basto, Biblioteca Histórica – Série Régia. Barcelos: Livraria Civilização, 1990. Vol. II.
- Infante D. Pedro. *O Livro da Virtuosa Bemfeitoria do Infante Dom Pedro*, ed. e anotado por Joaquim Costa. Porto: Empresa Industrial Gráfica do Porto, 1946.
- *Livro dos Ofícios*, ed. e anotado por Joseph Piel. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1948.
- Pina, Rui de. *Crónica de D. Duarte*, int. e rev. de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão Editores – Tesouros da Literatura e da História, 1977.
- *Crónica de D. Afonso V*, int. e rev. de M. Lopes de Almeida. Porto, Lello & Irmão Editores – Tesouros da Literatura e da História, 1977.

Bibliografia

- Barreira, Catarina Fernandes; Seixas, Miguel Metelo de (ed.), *D. Duarte e a sua época. Arte, cultura, poder e espiritualidade*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais da UNL, 2014.
- Buceta, José María Abalo. *Livro da Montaria de D. João I de Portugal*. [Tese de Doutoramento]. Universidad de Valladolid, 2008.
- Cartagena, Alonso de. *Doctrinal de los Cavalleros*, ed. José María Viña Liste. Universidade de Santiago de Compostela, 1995.
- Dionísio, João. *D. Duarte, leitor de Cassiano*. [Tese de Doutoramento]. Universidade de Lisboa, 2000.

- Duarte, Luís Miguel. *D. Duarte: Requiem por um Rei Triste*. Rio de Mouro: Temas e Debates, 2007.
- *Ceuta 1415: Seiscentos Anos Depois*. Lisboa: Livros Horizonte, 2015.
- István, Rákóczi. "A Estada do Infante D. Pedro em Terras Húngaras e na corte do Imperador Segismundo". *Biblos*, vol. LXIX (1993): 79-93.
- Lanciani, Giulia; Tavani, Giuseppe (ed.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993.
- Martins, Mário. *Estudos de Literatura Medieval*. Braga : Livraria Cruz, 1956.
- *Estudos de Cultura Medieval*. Lisboa: Editorial Verbo, 1969.
- *A Bíblia na Literatura Medieval Portuguesa*. Amadora: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979.
- Minnis, Alastair. *Medieval Theory of Authorship: Scholastic Literary Attitudes in the Later Middle Ages*. University of Pennsylvania Press, 1989.
- Mongelli, Lênia Márcia (ed.). *A Literatura Doutrinária na Corte de Avis*, São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- Monteiro, João Gouveia. "Orientações da Cultura de Corte na 1ª metade do séc. XV (a literatura dos príncipes de Avis)". *Vértice*, 2.ª Série, 5 (1988): 89-103.
- *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998.
- Pinho, Sebastião Tavares. "O Infante D. Pedro e a Escola de Tradutores da Corte de Avis". *Biblos*, vol. LXIX (1993): 129-153.
- Russell, Peter. *Traducciones y Traductores en la Península Ibérica (1400-1550)*. Bellaterra: Escuela Universitaria de Traductores e Intérpretes – Universidad Autónoma de Barcelona, 1985.
- Sampaio, Albino Forjaz (ed.), *Historia da Literatura Portuguesa Ilustrada*. Lisboa: Aillaud e Bertrand, 1929, vol. I.
- Schmitt, Jean-Claude. *The Conversion of Herman the Jew. Autobiography, History and Fiction in the Twelfth Century*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2010.
- Soares, Nair de Castro. "A Virtuosa Benfeitoria". *Biblos*, vol. LXIX (1993): 289-314.
- Sousa, Armindo de. *As Cortes Medievais Portuguesas, Vol.1*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de História da Universidade do Porto, 1990.
- *O Parlamento Medieval Português*. Porto: Fio da Palavra, 2014.
- Zimmermann, Michel. *Auctor & Auctoritas. Invention et conformisme dans l'écriture médiévale: Actes du Colloque de Saint-Quentin-en-Yvelines Yvelines*. Paris: École des Chartes, 2001.